

**ENCONTRO NACIONAL**

**Museus na transição para a democracia, 1974-1990**

14 e 15 de Março de 2024

Universidade de Lisboa

Museu Nacional de História Natural e da Ciência

# **LIVRO DE RESUMOS**

**14 de Março**

**Sessão de abertura**

**Museus na transição para a democracia. 1974-1990.**

Clara Frayão Camacho, MMP-E.P.E e PNA

---

É vasto o conjunto de transformações ocorridas entre 1974 e 1990 em diferentes campos da sociedade com repercussão nos modos de encarar os museus e o seu papel cívico. Na apresentação introdutória ao tema deste encontro, visa-se integrar as palestras, intervenções e comunicações no tempo histórico, constituído por dois ciclos. Evidencia-se, num primeiro momento (1974-1979), as tentativas de reorganização do aparelho do Estado nas áreas do património cultural e dos museus, a circulação de ideias de cariz inovador, a mobilização profissional e o lançamento de experiências museológicas de base social. Num segundo momento (1980-1990), salienta-se a concretização do enquadramento orgânico e legislativo do Estado, os movimentos associativos “de defesa do património”, a estruturação municipal e a emergência de novos museus. O país museológico evoluiu ao longo deste período em processos paralelos, com ritmos, princípios e procedimentos dissemelhantes, contribuindo de formas diversificadas para a transformação e a renovação da Museologia portuguesa.

**Clara Frayão Camacho.** Museóloga, é técnica da Museus e Monumentos de Portugal – E.P.E. e colabora no Plano Nacional das Artes. Doutorada em História, Mestre em Museologia e Património, Pós-graduada em Museologia e licenciada em História. Foi Coordenadora da Rede Portuguesa de Museus (2000-2005), Subdiretora do Instituto Português de Museus / Instituto dos Museus e da Conservação (2005-2009) e Coordenadora do Grupo de Projeto Museus no Futuro (2019-2020), na dependência da Ministra da Cultura. Foi docente de Museologia em Cursos de Pós-Graduação e Mestrado de várias universidades, é autora de artigos sobre temas de Museologia e tem participado em grupos de trabalho internacionais e de representação institucional em organismos europeus e ibero-americanos.

## Palestra

### A 'explosão museológica' pós 25 de Abril: Origens, Desenvolvimento e Legado.

Fernando António Batista Pereira

---

Nos anos imediatos à Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974, à excepção do Museu Nacional do Trajo e de outras tentativas museológicas que não tiveram seguimento, a principal mobilização da atividade cultural das populações das regiões de Portugal foi concentrada no Serviço Cívico Estudantil, nas campanhas de alfabetização e na organização das Associações de Defesa do Património, que uniram, sobretudo, arquitetos e urbanistas, arqueólogos, cidadãos interessados no estudo do Património (incluindo estudantes e professores) e os recentemente formados animadores culturais. Constituíram-se inúmeras Associações de Defesa do Património, algumas das quais ainda hoje sobrevivem e mantêm atividade.

Contudo, após a organização do Poder Local Democrático e na sequência das eleições para os seus órgãos, a partir de 1976, várias Autarquias do sul do País lançaram os seus projetos de inventariação patrimonial, envolvendo não apenas os bens tradicionalmente protegidos, mas também a recolha de elementos da cultura popular, na esteira das campanhas de alfabetização e do serviço cívico estudantil. Em muitos casos, essas recolhas deram origem a pólos museológicos que aumentaram em muito o número de instituições museais herdadas do Estado Novo. Uma verdadeira «explosão museológica» estava em marcha, que beneficiou das discussões teóricas proporcionadas pelo Movimento para uma Nova Museologia e por uma nova geração de museólogos entretanto formada.

**Fernando António Baptista Pereira.** Lisboa, 6/7/1953. Licenciado em História, pós-graduado em Museologia e Doutorado em Ciências da Arte (História da Arte) pela Universidade de Lisboa, onde ensinou desde 1979 a 2023. Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Arte e do Património da Faculdade de Belas-Artes, desempenhou o cargo de Presidente da mesma de 2019 a 2023.

Concebeu e programou vários museus e Exposições Internacionais em Portugal, Espanha, França e Brasil, citando-se, como exemplos, a primeira Exposição do Museu Hermitage em Portugal (Arte e Cultura do Império Russo, 2007), o Museu do Oriente, em Lisboa (2008), a Casa da Cidadania Salgueiro Maia, em Castelo de Vide (2021), o MIAA, em Abrantes (2021) e a Exposição Comptoirs du Monde no Château d'Angers, em França (2022).

Autor de inúmeros artigos e livros sobre Crítica de Arte, Coleções de Museus e História da Cultura e da Arte Portuguesas, nomeadamente Portuguese Art in the Time of the Maritime Discoveries (1996), Arte Flamenga do Museu de Arte Sacra, Funchal, Madeira (1997) e os muitos catálogos dos museus e das exposições que organizou.

## Sessão

### Movimentos Sociais e Direito à Memória

#### “O museu será coisa diferente”. A MANIFESTA do Museu Nacional de Arte Antiga na primeira celebração do Dia Internacional dos Museus (1978).

Maria Amélia Fernandes, PNA

---

A comunicação incide sobre a proposta programática do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) no âmbito da primeira celebração, em 1978, do Dia Internacional dos Museus, e baseia-se em fontes inéditas, abertas à consulta pública na sequência da investigação que realizei. Trata-se, talvez, do primeiro apelo à participação pública em larga escala ocorrido na esfera dos museus portugueses, e que conduziu a reflexão sobre o que é um museu e para que serve, publicada pouco depois na revista Brotéria por José Luís Porfírio, então responsável do setor de ação cultural do MNAA. Esta reflexão, que dando continuidade à própria celebração se apresenta como manifesta, prossegue a linha de pensamento crítico iniciada no MNAA em 1974-1976 sobre a função do museu (enquanto instituição de memória centrada no seu acervo e espaço) na sua relação com as pessoas. Ou citando Maria Alice Beaumont, então encarregada da direção do MNAA e logo depois sua diretora, a questão é “como pôr o museu ao serviço do público” (1976). A problematização foca-se na necessidade de transformação organizacional, nos programas e nas competências dos profissionais dos museus para conectar eficazmente coleções, lugares e “uma larga camada de público, não prioritariamente frequentador de museus” e motivar a sua participação. E exige um vocabulário novo para nomear realidades contrapostas: Museu-come-instituição-respeitável / Museu-Lugar-da-Crítica, na terminologia gostosamente proposta por José Luís Porfírio, que com Madalena Cabral e Maria Alice Beaumont gostaria de homenagear – o MNAA vincadamente luminoso e livre no entendimento e prática dos museus.

**Maria Amélia Bizarro Leitão Fernandes** Integra a equipa técnica do Plano Nacional das Artes. Mestre em Arte, Património e Restauro e licenciada em História (FL-UL). Percurso profissional na administração pública do património cultural, dos museus, das artes e da educação. Exerceu funções dirigentes nos organismos tutelares dos museus. Assessorou a direção da Direção-Geral das Artes.

## **O Museu Ausente – O MNAC na transição democrática.**

Pedro Braga dos Reis e Alice Nogueira Alves, FBAUL – CIEBA

---

Entre os dias 1 e 3 de novembro de 1975, a APOM organizou um encontro intitulado Museus, para quê?, que se realizou no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, na Figueira da Foz, com uma sessão no Museu de Aveiro.

Durantes estes três intensos dias, com 25 apresentações e 3 visitas guiadas, mais de 120 participantes assistiram, conversaram, refletiram e discutiram em torno do conceito de Museu e do seu enquadramento na Sociedade, muito em linha com as grandes discussões internacionais que então se desenvolviam na área.

Meio século decorrido, é fundamental analisar aprofundadamente a publicação resultante deste encontro, percebendo quem foram os participantes, as suas comunicações, as instituições envolvidas, as propostas apresentadas nas comunicações e nos debates, as influências nacionais e internacionais, a nova visão revolucionária, bem como as principais conclusões que daí advieram, tendo também em consideração os resultados do inquérito então apresentado.

A devida contextualização dos resultados desta análise permite-nos ter uma visão geral da realidade da altura, que poderá servir como base para vários estudos comparativos e evolutivos sobre a museologia portuguesa.

**Alice Nogueira Alves.** Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e investigadora integrada do CIEBA. Bacharel e licenciada em Conservação e Restauro e doutorada em Arte, Património e Restauro.

**Pedro Braga dos Reis.** (Lisboa, 1978). Inicia a sua formação académica em Design de Interiores, que abandona para se licenciar em Conservação e Restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar. Mais tarde conclui o Mestrado de Museologia e Museografia da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, e é atualmente doutorando na mesma instituição.

## **Salvaguarda e compromisso social num tempo de mudança. A criação do Museu da Nazaré.**

Dóris Santos, IHA-NOVA FCSH/IN2PAST

---

As duas primeiras décadas do Museu Etnográfico e Arqueológico do Dr. Joaquim Manso foram marcadas pelo novo ciclo que afetou o país e a Nazaré no pós 25 de Abril. Inaugurado em 1976, é paradigmático da importância dos museus locais neste período de transição, nomeadamente em comunidades tradicionais, refletindo igualmente os novos ânimos da museologia internacional.

A ação do novo Museu da Nazaré foi crucial para o desenvolvimento local cimentado na memória coletiva, bem como para a salvaguarda e educação patrimonial. Destaca-se o seu compromisso cívico e social, quando o Museu se associou aos pescadores na defesa dos seus direitos face à reorganização do sector; o trabalho de campo, registo de oralidades e de práticas tradicionais e a recolha de objetos junto da comunidade; as propostas de classificação de imóveis e sítios da vila; a oferta educativa para uma comunidade maioritariamente analfabeta, mediante o acolhimento do “serviço cívico” dos jovens pré-universitários, a promoção da Biblioteca ao Ar Livre e da secção juvenil do CETA (grupo de amigos), a organização de exposições sobre a história local ou que deram a conhecer a cultura nórdica e do Leste europeu. Foram vários os desafios à própria prática museológica: que representações podiam ser criadas sobre uma comunidade que servira a propaganda do Estado Novo, a sua quimera de uma identidade nacional radicada no mar e na figura heroica e complacente do pescador e da nazarena, mas que, no novo contexto, reclama a sua emancipação e, perante a sedução do turismo, abandona a pesca e imerge em profundas alterações socioeconómicas. Neste propósito, daremos conta do projeto pioneiro de um “Roteiro Museográfico da Nazaré” que, para além do edifício do Museu, visava traçar um percurso pela vila, salvaguardando o património monumental e os últimos edifícios relacionados com a pesca tradicional e a vida dos pescadores.

**Dóris Santos.** Diretora do Museu Nacional do Traje. Até dezembro 2021 foi Diretora / Coordenadora do Museu Dr. Joaquim Manso (Nazaré). Investigadora do Instituto de História da Arte (NOVA-FCSH). Doutorada em História da Arte – Esp. Museologia e Património Artístico (NOVA-FCSH), com a tese “Arte, museus e memórias marítimas. Identidade e representação visual da Nazaré” (2020). Mestre em Museologia e Património (NOVA-FCSH) e Licenciada em História, v. História da Arte (FLUC).

## **É possível um Museu Militar dar voz à resistência antifascista? Análise de memórias em disputa através do caso do edifício da PIDE/DGS no Porto.**

Luis Valentim Pereira Monteiro, CITCEM-UP

---

A reivindicação do edifício da PIDE/DGS na cidade do Porto enquanto lugar de memória da resistência antifascista é contemporâneo à própria Revolução de 25 de Abril de 1974, que libertou o país da ditadura. Um conjunto de crónicas publicadas em jornais, vozes de ex-presos políticos e, mais recentemente, iniciativas legislativas para a transformação desse imóvel em Museu da Resistência e Liberdade, têm vindo a dar corpo a essa reivindicação cidadã. Porém, apesar deste longo caminho que o movimento social portuense traçou em defesa da preservação dessa memória social, a antiga sede da política recebe, desde 1980, o Museu Militar do Porto. Vive-se um conflito latente entre, por um lado, a decisão de instalar ali um museu do exército e, por outro lado, a necessidade de salvaguarda desse lugar, símbolo da resistência de milhares de opositores ao regime em todo o norte do país. A presente comunicação explora, num primeiro momento, as dinâmicas de uma disputa entre a memória oficial do passado militar português e a memória subalterna da resistência antifascista a partir do estudo de caso da ex-sede da PIDE/DGS no Porto; num segundo momento, a importância dos museus de memória enquanto ferramentas de cidadania, justiça social, defesa de direitos humanos e do regime democrático.

**Luis Valentim Pereira Monteiro.** É investigador colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” da Universidade do Porto, estudante de doutoramento em Estudos do Património, ramo de Museologia, com bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. É licenciado em Arqueologia e tem um mestrado em Museologia. No universo académico, tem-se dedicado à Museologia Crítica e aos Estudos da Memória. Foi curador de várias exposições e dirigiu dois documentários: um sobre a memória da resistência ao fascismo na cidade do Porto: “Museu da Vergonha”, e outro sobre a precariedade do trabalho de investigação em Portugal: “Subterrâneos da Precariedade”. Atualmente, desenvolve o seu projeto de doutoramento “Memória e Projeto: Subsídios para um Museu Ativista do Antifascismo no Porto”.

Ciência ID: 331A-EAFB-8399

ORCID: 0009-0001-5004-199X

e-mail: [luisvpmonteiro@gmail.com](mailto:luisvpmonteiro@gmail.com)

## **Casa dos Patudos e Museu de Alpiarça: conceção de um legado e dinâmicas de um espaço de memórias em transiçõe(s).**

Nuno Prates, Município de Alpiarça, e José Raimundo Noras, Município de Santarém

---

O legado de José Relvas (1858-1929) ao Município de Alpiarça, gizado na sua formulação testamentária, em 1928, englobou um conjunto arquitetónico e artístico de elevada qualidade e representatividade. Ciente de um pensamento museológico, o legatário reconhecia a impossibilidade da sustentabilidade de um museu sem apoio público, imaginando uma propriedade municipal com tutela científica nacional. No entanto, é já com a conceção de uma Casa Museu, de ideário oitocentista entre romantismo e modernidade, que em 1960 se promove a abertura do espaço, após vitória judicial do Município.

A República imagina-se ausente da coleção e do museu associado apenas ao culto da arte, entre breves evocações dos habitantes.

A coleção, porém, não nos parece que possa ser entendida sem a conceção da vida e do ideário do seu autor, no qual o liberalismo se associa ao cristianismo *de rosto humano* numa síntese de diferentes ideologias e anseios. Um legado artístico assumiu-se como ato republicano. A defesa de responsabilidade pedagógica do estado na instrução pública, integrava o ensino artístico e não se esgotava nas aulas, entendia as viagens e museus como *melhor educação*.

A transição democrática possibilitou um resgatar de memórias e progressivo tratamento do acervo documental do museu. Melhorias materiais dotaram-no de novos espaços, de Casa dos Patudos, passou também a assumir-se como Museu de Alpiarça que pelo excelente acervo, é considerado o mais importante museu autárquico do país, destacando-se a importância que tem para o concelho de Alpiarça, uma vez que é um espaço de referência na museologia nacional e internacional.

**Nuno Prates.** Museólogo, Técnico Superior de História, do Quadro de Pessoal do Município de Alpiarça, exercendo as funções de Conservador da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça desde 2011. Professor e Coordenador da Pós-Graduação em Museologia na Autónoma Academy (Universidade Autónoma de Lisboa), onde lecionou o Seminário de História da Museologia.

**José Raimundo Noras.** Licenciado em História e mestre em História da Arte pela Universidade de Coimbra. Doutorou-se em História com a tese *A acção política e o ideário social de José Relvas (1858-1929)*, pela Universidade de Lisboa. Tem 40 trabalhos publicados entre artigos, capítulos e livros em História, História de Arte, privilegiando abordagens biográficas.



## **Palestra**

### **Valorização do trabalho de museu: Novos perfis profissionais e definição de carreiras.**

Adília Alarcão

---

Valorização do trabalho de museu: novos perfis profissionais e definição de carreiras

No percurso de valorização do trabalho desenvolvido nos museus portugueses, na década e meia que se seguiu à Revolução de Abril, em termos de carreiras, formação e retribuição dos seus funcionários, bem como das relações entre instituições, distinguem-se e analisam-se quatro momentos considerados fulcrais:

1-criação, em 1975 (Decreto-Lei 409/75 de 2 de Agosto), da Direcção-Geral do Património Cultural integrada numa Secretaria de Estado da Cultura;

2-reformulação, pelo Decreto-Lei 45/80 de 20 de Março de 1980, dos serviços e quadros de pessoal dessa Direcção-Geral (de acordo com a recente reestruturação das Carreiras da Administração Pública) e sua transferência para o Instituto Português do Património Cultural, criado pelo Decreto-Lei 59/80 de 3 de Abril;

3-definição das carreiras da Conservação e do Restauro pelo Decreto-Lei 245/80 de 22 de Julh

4-criação da Escola Superior de Conservação e Restauro pelo Decreto-Lei 431/89.

Chama-se a atenção para problemas que não foram inteiramente resolvidos (e parcialmente subsistem) relativamente aos seguintes perfis profissionais: conservador de museu; monitor; conservador-restaurador; artífice.

Recordam-se algumas personalidades, nacionais e estrangeiras, que foram muito importantes (algumas decisivas) para a evolução do trabalho de museu no período evocado: 1974- 1990.

**Adília Alarcão.** Licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra em 1958, obteve Diploma em Conservação e Tecnologia na Universidade de Londres em 1962. Dirigiu o Museu e as Ruínas de Conimbriga em 1967 - 1999 e o Museu Nacional de Machado de Castro, de 1999 a 2005.

## Mesa-Redonda

### As dinâmicas entre museus e territórios: das vivências pessoais a uma abordagem reflexiva (I)

**António Nabais.** Museólogo (Pós-Graduação em Museologia), professor de museologia em Mestrados, técnico superior do IPPC e IPM, diretor do Departamento de Conteúdos da EXPO 98 SA, responsável pela conceção, produção e montagem dos pavilhões temáticos: Futuro, Utopia, Conhecimento dos Mares, Realidade Virtual.

Autor dos programas para instituições museológicas: Ecomuseu Municipal do Seixal, Museu de Angra do Heroísmo, Museu de Arte Sacra e Etnologia, em Fátima, do Museu do Café, em Campo Maior, do Museu da Água da EPAL e apoio técnico a várias instituições museológicas. Realizou conferências em Espanha, Canadá, Guiné Bissau, França, Brasil). Autor de vários títulos em revistas (portuguesas e estrangeiras).

### Maria João Vasconcelos.

**Mário Moutinho.** Doutor em Antropologia e Arquiteto, signatário da Declaração do Québec (1984) e membro fundador do Comité Internacional da Museologia Social do ICOM (2023). Coordenador do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona. Ex-Assessor principal do MNHN (1998 – 2007). Atua no campo da Sociomuseologia.

**Miguel Rego.** 1963. Lisboa. Arqueólogo. Em 1986, integra o Campo Arqueológico de Mértola. No âmbito da museologia participa em diversos projectos em Mértola, Moura, Mina S. Domingos, Barrancos. Criador do projecto Museu da Ruralidade – museu do território (Castro Verde), com a instalação dos Núcleos de Entradas, Aivados, Almeirim e Lombador. Cria a Rede de Museus Rurais do Sul.

**Natália Guedes.** Licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa e doutorada em Antropologia, com Agregação, pela Universidade Nova de Lisboa (especialidade em Museologia e Património). Foi Conservadora do Museu Nacional de Arte Antiga (especializando-se em Tecidos Antigos, no Museu Histórico de Tecidos de Lyon), fundadora e primeira Directora do Museu Nacional do Traje. Dirigiu o Museu Nacional dos Coches e o Museu do Oriente. Presidiu ao Instituto Português do Património Cultural e à Comissão Coordenadora dos Bens Culturais Móveis. Foi Auditora do Curso de Defesa Nacional. Comissariou diversas exposições de âmbito nacional e internacional, das quais se destacaram "Cem Obras Maestras del Arte Portuguesa" (Centro Cultural Conde Duque, Madrid), "Encontro de Culturas. Oito Séculos de Missionaçã Portuguesa", (Mosteiro de S. Vicente de Fora, Lisboa e Basílica de S. Pedro, Vaticano), "S. Francisco Xavier, a sua Vida e o seu Tempo" (Cordoaria Nacional, Lisboa e Yamaguchi, Tóquio, Kagoshima, Okazaki e Nagazaki, no Japão), Pavilhão da Santa Sé na Expo 98 (Lisboa), "500 Anos das Misericórdias Portuguesas" (Convento das Mónicas, Lisboa), "Crowning Glory. Images of the Virgin in the Arts of Portugal" (Newark, USA). Foi Conselheira da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja e presidiu à Comissão Nacional do Conselho Internacional dos Museus. Exerceu a docência na Universidade Lusíada, na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade Católica (Faculdade de Ciências Humanas). Exerceu o cargo de Sub Secretária de Estado da Cultura do XI Governo Constitucional, em 1990 e 1991. Preside à Junta da Fundação da Casa de Bragança, desde 2002, e à Academia Nacional de Belas Artes, desde 2014.

**15 Março**

**Palestra**

**O MEU 25 DE ABRIL.**

Vítor Serrão, Historiador de Arte / Prof. Catedrático Jubilado da F.L.U.L.

---

O 25 de Abril de 1974, que vivi com grande paixão como estudante universitário, então com vinte e um anos, continua a ser um princípio com princípios: sonhar um país com pulmão social, com liberdade, com sentido de partilha, mais culto e consequente, e com esperança num futuro mais justo e fraterno. O meu 25 de Abril foi, como historiador de arte, o tempo de afirmação autonomizada de uma nova disciplina, que ganhou contornos na intervenção cívica das Associações de Defesa do Património um pouco por todo o país (estive ligado, sobretudo, às de Santarém e Sintra). Em meio século, a História da Arte a que sempre me devotei desde cedo foi ganhando autonomia nos palcos universitários, na estrutura teórica e metodológica dos currícula de estudo e, de modo genérico, na agenda dos trabalhos ligados ao Património Cultural, consolida-se como uma das conquistas do 25 de Abril. Existe, fruto disso, um campo de afirmação em crescendo, capaz de alargar consciência cívica e sentido de pertença, de formar mais e melhores quadros, e de assumir uma verdadeira cultura de partilha.

## Sessão

### Renovação Museal e Profissional

#### «Museus, para quê?» Análise de um encontro de museologia realizado em 1975.

Alice Nogueira Alves e Pedro Braga dos Reis, FBAUL – CIEBA

---

Entre os dias 1 e 3 de novembro de 1975, a APOM organizou um encontro intitulado *Museus, para quê?*, que se realizou no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, na Figueira da Foz, com uma sessão no Museu de Aveiro.

Durantes estes três intensos dias, com 25 apresentações e 3 visitas guiadas, mais de 120 participantes assistiram, conversaram, refletiram e discutiram em torno do conceito de Museu e do seu enquadramento na Sociedade, muito em linha com as grandes discussões internacionais que então se desenvolviam na área.

Meio século decorrido, é fundamental analisar aprofundadamente a publicação resultante deste encontro, percebendo quem foram os participantes, as suas comunicações, as instituições envolvidas, as propostas apresentadas nas comunicações e nos debates, as influências nacionais e internacionais, a nova visão revolucionária, bem como as principais conclusões que daí advieram, tendo também em consideração os resultados do inquérito então apresentado.

A devida contextualização dos resultados desta análise permite-nos ter uma visão geral da realidade da altura, que poderá servir como base para vários estudos comparativos e evolutivos sobre a museologia portuguesa.

**Alice Nogueira Alves.** Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e investigadora integrada do CIEBA. Bacharel e licenciada em Conservação e Restauro e doutorada em Arte, Património e Restauro.

**Pedro Braga dos Reis.** (Lisboa, 1978). Inicia a sua formação académica em Design de Interiores, que abandona para se licenciar em Conservação e Restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar. Mais tarde conclui o Mestrado de Museologia e Museografia da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, e é atualmente doutorando na mesma instituição.

***Maria João Madeira Rodrigues e o Museu de S. Roque, um toque de progressismo num meio conservador.***

Gonçalo de Carvalho Amaro, IHC - NOVA FCSH e MSR

---

Em 1965, Maria João Madeira Rodrigues iniciou as suas funções como conservadora do Museu de São Roque, vinda do Museu Nacional de Arte Antiga. Rapidamente enceta importantes transformações, inventaria as coleções e, com o apoio da Fundação Gulbenkian, remodelou o museu, implementando o conceito de museu monumento. Alterou o nome de museu de Arte Sacra para Museu de São Roque, assumindo a igreja como uma sala mais do museu, rodeando-a com dois espaços expositivos. Modernizou o museu não apenas no conceito e museografia, criando também uma equipa técnica de apoio e criando condições para que este pudesse abrir todos os dias. Em paralelo durante os anos 80, Madeira Rodrigues, foi assumindo também outras funções na Misericórdia de Lisboa, assumindo também a responsabilidade pelo património artístico da instituição e mais tarde como assessora do provedor para o património artístico e arquitetónico da instituição, nessas funções chegou a sugerir a criação de mais três museus na esfera da Misericórdia de Lisboa: o Museu da Misericórdia, o Museu da História das Misericórdias e o Museu dos Jogos Sociais, foi ainda pioneira na realização de atividades musicais na Igreja em São Roque que ainda hoje se mantêm em parceria com a Gulbenkian. Deixou a instituição em 1990, para se dedicar inteiramente ao ensino na Faculdade de Arquitetura de Lisboa, onde chegou a catedrática.

**Gonçalo de Carvalho Amaro.** Licenciado em História variante Arqueologia pela FCSH da Nova, pós-graduado em Gestão e Museologia pela Católica Business School, e Doutorado em Arqueologia pela Universidade Autónoma de Madrid. As suas áreas de interesse centram-se sobretudo na cultura material, nos museus e nas várias dimensões da relação entre seres humanos e objetos. - Afiliação: IHC/U. NOVA e Museu de São Roque

## **Museu do Mar em Cascais, uma utopia no dealbar da Revolução.**

Maria Teresa Crespo, Município de Cascais

---

O Museu do Mar, em Cascais, foi criado a partir da coleção de animais marinhos de Francisco Reiner. A sua proposta de doação ao Município lançou o mote para a fundação de uma instituição com grandes aspirações e vigor científico. Para a sua instalação, aproveitaram-se os terrenos do antigo Sporting Clube de Cascais, ocupados logo após a Revolução de Abril de 1974.

Os planos para o Museu do Mar eram ambiciosos e pretendiam criar um museu-aquário de referência em Portugal. Na década que se seguiu, enquanto decorriam as obras, o Museu do Mar de Cascais afirmou-se como motor de investigação e promoção de expedições científicas e campanhas arqueológicas, consubstanciadas nos diferentes artigos publicados nas “Memórias do Museu do Mar”.

Numa esfera municipal, a determinação de uma equipa jovem e dedicada foi fundamental na construção do projeto do Museu do Mar. No entanto, os poucos recursos e a ausência de consenso na gestão municipal ditaram a alteração do projeto inicial. O Museu do Mar inauguraria em 1992, com uma exposição mais modesta e bem longe da utopia sonhada no dealbar da Revolução.

**Maria Teresa Crespo.** Coordenadora do Museu do Mar Rei D. Carlos desde 2022 (Câmara Municipal de Cascais), é licenciada em História da Arte (2008) e mestre em Museologia (2012). Tem trabalhado nas áreas da mediação cultural, da interpretação e comunicação em museus e da história das coleções museológicas (ORCID: 0009-0006-8750-7761).

## **Entre o desejo das “forças vivas” e a “vontade municipal”: a criação em Almada de um museu, 1976-1986.**

Luís Pequito Antunes, IHC-CEHFCi-UÉ

---

Em fevereiro de 1976, no quadro das dinâmicas culturais emergentes após o 25 de abril de 1974, um grupo de cidadãos propõem à Comissão Administrativa da CM de Almada a organização e instalação, no Convento dos Capuchos, de um “museu regional” afim de dotar o município de uma infraestrutura cultural para “influir na educação das populações e seu aperfeiçoamento cultura”. O museu seria pluridisciplinar – *Artes Plásticas, Arqueologia, História e Geografia e Tecnologia e Trabalho* – considerando os signatários prematura a criação de museus especializados ou monográficos. A 11 de junho de 1976, em reunião de câmara é deliberada a criação, “independentemente da pressão da opinião pública”, de um Museu de Arte, História, Arqueologia e Etnologia a instalar no Convento dos Capuchos, com a designação de *Museu de Almada*. Ficava de fora a atuação regional e a temática da *Tecnologia e Trabalho*. Em dezembro de 1980, sem um museu instalado, um grupo de intelectuais almadenses com ligações ao PCP propõem, sem sucesso, à CM de Almada, criação de um *Museu do Trabalho*, atuante e vivo com o fundamento da ligação de Almada ao “nascimento e afirmação do proletariado”. Fruto do movimento museológico municipal da década oitenta é, finalmente, implementado em 1984 uma estrutura polinucleada com a designação de Museu Municipal de Almada, sediada no Convento dos Capuchos. Por concretizar ficava a criação do *Museu-oficina do Barro* apresentada, em agosto de 1986, por um grupo de trabalho de iniciativa municipal para enquadrar a doação de olaria à CM pela Associação Semear para Unir.

**Luís Pequito.** Licenciado em História pela FLUL e Mestre em Museologia e Património pela FCSH-Nova. Foi chefe de Divisão de Museus da CM de Almada, docente de Gestão do Património no Departamento de Conservação e Restauro da FCT/NOVA. É investigador integrado do IHC-CEHFCi-UÉ . Tem vários artigos publicados na área da museologia e património.

## **Os ventos de Abril de 1974 numa cidade periférica – o caso do Museu Francisco Tavares Proença Júnior: liberdade, cultura e comunidade.**

Moana Soto, MHN-IBRAM e Pedro Salvado, Município do Fundão

---

Fundado em Castelo Branco, em 1910 por vontade de Francisco Tavares Proença Júnior a sua história pautou-se por períodos de ativação e por longos tempos de estagnação. Reaberto em 1971 no âmbito das comemorações do bicentenário da elevação a cidade, a sua nova gestão foi sujeita a uma orgânica central continuando a ser uma estrutura sem qualquer desempenho nos ritmos culturais da região. Os ventos de abril de 1974, associados a uma mudança da sua direção, iniciaram a implantação de uma comunidade de um museu laboratório onde se expressaram, nesta periferia, práticas e ideários de Huges de Varine e de Per-Uno Agren. A conexão entre a novo paradigma e a crescente consciência cidadã em Portugal após a revolução de 1974 em matérias do património cultural e da identidade regional, é enfatizada principalmente na dimensão social unindo o museu, a sociedade, o tempo, a memória e conhecimento que penetraram a dinâmica cultural da região. As ideias de António Salvado, seu diretor à época, transcenderam fronteiras académicas e transformaram o MTPJ numa "Casa viva da Cultura" e ferramenta de desenvolvimento de um território celebrando trajetórias divergentes por vezes, mas unidas pelo amor à dimensão social entrelaçada nos museus.

**Moana Soto.** Doutora e Mestre em Museologia, com especialização em "Educación y Museos" e licenciada em Pedagogia. É museóloga e educadora museal do Museu Histórico Nacional (Brasil), além atuar como investigadora em uma série de instituições e entidades iberoamericanas como a Cátedra UNESCO-ULusófona e a Universidad de Salamanca.

**Pedro Salvado.** Licenciado em História pela Universidade de Coimbra. Mestre em Antropologia Ibero-Americana pela Universidad de Salamanca. Mestre em Cultura Portuguesa -Culturas Regionais pela Universidade Nova de Lisboa. Doutorando em Antropologia e História pela Universidad de Salamanca. Formação superior complementar em Arqueologia e em Museologia.

O seu desempenho profissional encontra-se associado ao ensino superior público e privado, à acessoria autárquica e ao surgimento e gestão de alguns equipamentos culturais regionais, como o Centro Cultural Raiano de Idanha-a-Nova ou a Moagem do Fundão.

Autor de algumas dezenas de estudos que versam as áreas da arqueologia, da etnografia, da história e do património locais, da história da arte e da história da cultura regional.

Gestor para Portugal do Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León.

Director do Museu Arqueológico do Fundão e coordenador da rede museológica concelhia.



## **Palestra**

### **Museu: Invenção e Liberdade**

José Luís Porfírio

---

#### **Ponto Prévio**

O testemunho a partir de uma dupla actividade: crítico de arte e conservador de museu, i.e., do MNAA

#### **Abertura**

Ana Vieira

Livre? Já era livre!

#### **MNAA em 1973**

a liberdade interior

As personalidades:

Maria José de Mendonça e Madalena Cabral

#### **Exemplos:**

Exposição os Monstros e as Imagens de Camões

#### **A vizinhança:**

Uma decepção em 1973

Vendedores de Jornais Futebol Clube da Rua das Trinas e os Santos Populares em 1973

O projecto da exposição "Artistas contemporâneos e as Tentações de S. Antão"

#### **De 74 a 80**

Ainda as Tentações uma anti conferência a colaboração com José Ernesto de Sousa o "mestre de indisciplina" e as suas consequências nos anos de 1970.

As interrogação do crítico: Mostrar não basta O publico os públicos seduzir, provocar, informar. O Museu Oficina.

Aprender com os públicos

#### **As respostas no Museu**

Tentativas

Formação: a bola da dúvidas

Duas visitas especiais: a mentira no Museu e o gosto e o gozo

#### **Travões**

Internos – O Living Theatre

Externos: "Cómicos Concerto Zero" a proibição.

**José Luis Gordo Porfírio** (n.1943). Licenciado em História (Fac. Letras Lisboa 1967) Curso de Conservador de Museu (MBAA 1968/70). Trabalho no MNAA entre 1973 e 2004. Crítico de Arte desde 1964 com atividade profissional regular desde 1972. Tem publicado ensaios, livros e comissariado exposições desde 1966.

## Mesa-Redonda

### As dinâmicas entre museus e territórios: das vivências pessoais a uma abordagem reflexiva (II)

**Fernando José Santos Pessoa.** Engenheiro silvicultor pelo ISA. Arquitecto paisagista pelo ISA.

Administrador Florestal do Funchal e Porto Santo.

Arq. Pais<sup>a</sup> da Direcção Regional de Urbanismo do Funchal. Chefe de Gabinete do Arq<sup>o</sup> onçalo Ribeiro Telles.

Fundador e Presidente do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico Criador dos primeiros Parques Naturais e Reservas Naturais

Introdutor em Portugal do conceito de Ecomuseologia.

Coordenador do Grupo de Trabalho do Algarve do ICN.

Prof. Universitário Convidado desde 1981 a 2009 em Portugal e Cabo Verde

Mais de duas dezenas de livros publicados.

**Jorge Custódio.** Nasceu em Santarém, em 1947. Doutorou-se pela Universidade de Évora.

Investigador do Instituto de História Contemporânea (FCSH/UNL). Projecto de Investigação - *Era da Energia a Vapor em Portugal (1820-1974)*.

Dirigiu o *Projeto Municipal da Candidatura de Santarém a Património Mundial (1994-2002)*, o Convento de Cristo (2002-2007) e o Museu Nacional Ferroviário (2009-2011). Comissário de diversas exposições, entre as quais se salientam *Arqueologia Industrial: Um Mundo a Conhecer um Mundo a Defender* (Central Tejo, Lisboa: 1985), *A Indústria do Vidro na Perspectiva da Arqueologia Industrial* (Palácio Stephens, Marinha Grande: 1989), *100 Anos do Património. Portugal 1910-2010. Memória e Identidade* (Galeria D. Luís, Palácio da Ajuda: 2010), *De Albergaria a Constância: 130 da Fábrica de Celulose do Caima* (Casa Camões, Constância 2018-2019).

Introduziu a Arqueologia Industrial em Portugal e especializou-se em Património Cultural e Industrial. Foi docente de Arqueologia Industrial e de Museologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa (2004-2014). Desenvolveu intervenções arqueológicas em sítios industriais (Moncorvo, Covilhã, Coima, Marinha Grande, Calhariz da Arrábida).

Foi Director do Museu Municipal de Santarém, tendo sido curador de várias exposições (1994-2002). Autor e coordenador de projectos e de programas de museus industriais e mineiros, individualmente ou em coautoria: Museu dos Lanifícios da UBI (Covilhã), Museu do Cimento (Maceira Liz), Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês (Silves), Museu do Ferro e da Região de Moncorvo, Núcleo Museológico do Tempo (Santarém), Museu da CIMPOR (Alhandra), Museu do Vinho (Alcobaça) e Museu de Albergaria (Albergaria-a-Velha, 2023). Fundador da APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém e da associação cívica *Mais Santarém*. É sócio de várias associações arqueológicas e de património.

**Maria Joaquina Coelho Soares.** Investigadora integrada da UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa;

Fundadora e Ex-Directora do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), Dez.1974-Jan.2023;

Docência universitária na FCSH da U. Nova e na FLUL. Arqueóloga do Gabinete da Área de

Sines, 1972-1975.

Doutorada em História, especialidade de Pré-história pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Académica de mérito da Academia Portuguesa da História.

Membro correspondente do Instituto Arqueológico Alemão.

Pós-graduação em Museologia pela Universidade Lusófona; Curso de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Prémios APOM 2016 e 2023.

Distinguida com o prémio APOM 2016 na categoria de melhor trabalho de investigação com a obra "Transformações sociais durante o III milénio A.C. no sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas".

Em 29 de Abril de 2023, no Dia do Museólogo, distinguida com o Prémio Carreira.

Prémio Professor Doutor Octávio da Veiga Ferreira, 2022 atribuído Ex aequo a Carlos Tavares da Silva, pela Academia Portuguesa da História e pela Câmara Municipal de Oeiras.

Áreas de investigação: Pré-história holocénica; Arqueologia urbana e de salvamento; Arqueologia social e regional; Museologia e investigação; Museologia in situ.

Projectos de investigação, conferências, curadoria de exposições, publicações

Dirigiu e co-dirigiu mais de uma centena de escavações arqueológicas, muitas integradas em projectos de investigação. Participou e organizou dezenas de conferências. Possui extensa bibliografia com mais de duas centenas de títulos originais publicados na área da arqueologia.

**Rui Parreira.** (Lisboa, 1954). Licenciatura em História na Universidade de Lisboa (1977). Bolsa de estudo do DAAD na Universidade de Marburgo (Alemanha, 1974-1976). Curso de Conservador de Museu (1984) pelo Centro de Estudos Museológicos do IPPC. Mestrado em Arqueologia (1996) pela Universidade do Porto.

Lecionou no Ensino Secundário no Liceu de Beja (1976-1980), tendo sido sócio fundador da Associação para a Defesa do Património Cultural da Região de Beja.

Como arqueólogo e museólogo, fez parte (1980-1985) da equipa dirigida por Francisco Alves que renovou o Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). Colaborou (1985-1987) na equipa de Clara Camacho na renovação do Museu de Vila Franca de Xira e no Levantamento da Carta de Património do Concelho. Trabalhou em Évora (1986-1997) no Serviço Regional de Arqueologia do Sul / Direção Regional do IPPAR. Foi diretor da Fortaleza de Sagres (1997-2004). Trabalhou em Faro a partir de 2004, na Direção Regional do IPPAR / Direção Regional de Cultura do Algarve, onde foi diretor de serviços dos bens culturais desde 2012 até à sua aposentação em novembro de 2022.

Ao longo da sua carreira, coordenou e participou em projetos de investigação com projeção internacional. É autor de livros e de artigos publicados em obras coletivas e revistas nacionais e internacionais especializadas em Arqueologia, Museologia e Património Cultural. Foi orador em dezenas de reuniões científicas (congressos, colóquios, conferências), em Portugal e no estrangeiro, na maioria das quais por convite, tendo sido membro da comissão científica de várias delas. Foi docente convidado na Licenciatura em Património Cultural (2005-2006) e no Mestrado em Gestão Cultural (2010 e 2011) da Universidade do Algarve. Integrou o Conselho Editorial da Revista de Museus da Direção-Geral do Património Cultural/DGPC. É membro correspondente do Instituto Arqueológico Alemão. Atualmente é funcionário público aposentado, mas colabora como voluntário com os museus de Lagos e de Portimão, ambos de tutela municipal.